

Estudo Técnico Preliminar 58/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 50000.010530/2024-10

2. Descrição da necessidade

- 2.1. A presente contratação tem por objetivo dar continuidade ao programa de estágio do Ministério dos Transportes, em razão do contrato atual ter sua vigência encerrada em 16/01/2025, visto que o prazo de contratação foi de 12 meses, não sendo admitida a prorrogação contratual, conforme cláusula 2.2 do Contrato nº 5/2024.
- 2.2. Em complemento o Programa de estágio é uma oportunidade de oferecer diretamente aos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino oportunidades de desenvolver experiências em suas áreas de atuação, possibilitando a transferência dos conceitos, métodos científicos e teorias do conhecimento às práticas no campo profissional. E ainda, possibilitar a atuação do estudante na sociedade em condições de competitividade, aperfeiçoando-se técnica, cultural e profissionalmente para a disputa no mercado de trabalho.
- 2.3. À luz da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, a Instrução Normativa nº 213 de 17 de dezembro de 2019, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, do então Ministério da Economia, permite que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional recorram, a seu critério, a serviços de agentes de integração públicos ou privados para auxiliarem no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio.
- 2.4. A prestação de serviços do Agente de Integração é primordial para fazer cumprir o Programa de Estágio, mediante a celebração de contrato com instituição que reúna infraestrutura, condições técnicas e operacionais para possibilitar a realização de estágio curricular não obrigatório nas diversas Unidades do Ministério dos Transportes, otimizando a eficiência desse processo no órgão.
- 2.5. O Agente de Integração desempenhará várias funções importantes, em consonância com a legislação vigente, incluindo:
1. Identificação de oportunidades de estágio.
 2. Ajuste das condições de realização do estágio.
 3. Acompanhamento administrativo do programa de estágio.
 4. Negociação de seguros contra acidentes pessoais para os estagiários.
 5. Cadastro dos estudantes de acordo com a legislação vigente.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS	FABÍOLA SOARES DE FREITAS KNUPP

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O presente certame se destina à contratação de pessoa jurídica especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de agente de integração, uma vez que, o serviço é fundamental para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes para o cumprimento da missão institucional do Órgão, permitindo que processo de contratação e

gestão dos estagiários seja otimizado, sobretudo pelo Agente de Integração ser o detentor da expertise no manejo dos estagiários junto com as instituições de ensino.

4.1.1. A prestação dos serviços objeto da presente licitação será regida pelo disposto na Lei no 14.133/2021, observando ainda as disposições na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 e a Instrução Normativa no 213 de 17 de dezembro de 2019.

4.2. O Agente de Integração a ser contratado deverá atender aos seguintes requisitos:

4.2.1. Comprovar experiência na prestação de serviços de integração de estágio, preferencialmente com órgãos públicos ou entidades do setor público.

4.2.2. Possuir estrutura e recursos técnicos para realizar o acompanhamento administrativo, cadastro de estudantes, negociação de seguros contra acidentes pessoais e outras atividades relacionadas ao programa de estágio.

4.2.3. Demonstrar regularidade fiscal e documentação legal conforme exigido pela legislação.

4.2.4. Apresentar referências e histórico de sucesso na intermediação de estágios.

4.3. O critério de seleção será baseado na avaliação de propostas técnicas e financeiras, levando em consideração os requisitos acima mencionados.

4.4. O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme o Art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021.

Sustentabilidade

4.5. Não se aplicam critérios de sustentabilidade na presente licitação, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, em virtude da natureza do serviço a ser prestado, o qual é classificado como Agente de Integração para o Programa de Estágio, de caráter predominantemente intelectual.

4.5.1. Contudo, deve-se verificar a implementação, por parte da Contratada, de práticas de sustentabilidade tanto na execução dos serviços quanto no fornecimento de materiais e equipamentos necessários para sua realização.

Prazo contratual

4.6. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. A vigência proposta é justificada pela necessidade de continuidade de serviços essenciais para o cumprimento das atribuições do órgão. Considerando a necessidade de assegurar a gestão contínua e eficiente dos estagiários ao longo desse período, a contratação por 24 meses é fundamental para garantir a execução regular das atividades previstas, sem interrupções, e o pleno atendimento às demandas do Ministério.

Regime de execução

4.7. A contratação do serviço de agente de integração para o Programa de Estágio do Ministério dos Transportes por empreitada por preço unitário é justificada pela necessidade de flexibilidade no ajuste das quantidades de estagiários e nas atividades relacionadas, que podem variar ao longo do tempo conforme as demandas do programa. A adoção dessa modalidade permite que o pagamento seja efetuado com base nas unidades de serviço efetivamente prestadas, proporcionando maior controle orçamentário e maior vantagem para a Administração.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Contratação de pessoa jurídica de direito privado para administrar programa de estágio não obrigatório para estudantes de nível intermediário e superior.

5.2. Contratações similares realizadas por outros órgãos, o que evidencia que o auxílio oferecido por um agente de integração, a fim de tornar os processos relacionados a estágio mais eficientes, é comum e rotineiramente adotado na Administração Pública, estando sua contratação prevista inclusive na legislação pertinente à realização de estágio, como na Lei no 11.788/2008 e na IN no 213/2019.

5.3. As especificações do serviço seguem padrões usualmente praticados pela Administração Pública, e permitem adequadas condições de concorrência entre diversos licitantes.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Com a contratação, o Agente de Integração desempenhará várias funções importantes, em consonância com a legislação vigente, incluindo:

1. Identificação de oportunidades de estágio.
2. Ajuste das condições de realização do estágio.
3. Acompanhamento administrativo do programa de estágio.
4. Negociação de seguros contra acidentes pessoais para os estagiários.
5. Cadastro dos estudantes de acordo com a legislação vigente.

6.2. À luz da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, a Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, do então Ministério da Economia, permite que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional recorram, a seu critério, a serviços de agentes de integração públicos ou privados para auxiliarem no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio.

6.3. A prestação de serviços do Agente de Integração é primordial para fazer cumprir o Programa de Estágio, mediante a celebração de contrato com instituição que reúna infraestrutura, condições técnicas e operacionais para possibilitar a realização de estágio curricular não obrigatório nas diversas Unidades do Ministério dos Transportes.

6.4. Todas as etapas de realização do estágio, desde a seleção até a conclusão das atividades, obedecerão ao disposto na Lei nº 11.788/2008.

6.5. O Agente de Integração trabalhará em conjunto com o Setor de Estágio do Ministério dos Transportes atendendo às suas solicitações para preenchimento das vagas disponíveis, observando-se as atividades que serão realizadas e o perfil do estudante.

6.7. O contrato a ser firmado com o Agente de Integração visa a atender às atividades de estágio não obrigatório, à luz do disposto no artigo 2º, § 2º da Lei nº 11.788/2008.

6.8. O estágio será cumprido nas diversas áreas do Ministério dos Transportes, localizadas no Distrito Federal.

6.9. O estágio, e assim expressa a Lei, não gerará qualquer vínculo empregatício do estagiário com o Agente de Integração ou com o Ministério dos Transportes, observado o disposto no artigo 3º da Lei nº 11.788/2008.

6.10. A duração do estágio, conforme estabelecido na Lei nº 11.788/2008, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, condicionado a assinatura de “Termo de Compromisso de Estágio” e terá prazo mínimo de seis meses, de acordo com a discricionariedade da Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para compor a estimativa que atenda as demandas deste MT, foi realizado levantamento de necessidades das áreas no âmbito deste MT levando-se em conta os Processos SEI nº 50000.020832/2023-15 e 50000.013651/2024-13, bem como o atual quadro de estagiários.

7.1.1. Realizado o levantamento das necessidades das vagas de estágio das Unidades vinculadas ao Ministério dos Transportes, e posterior reestruturação das vagas de estágio, em conformidade com o Art. 17 da Lei nº 11.788/2008, adequando o quantitativo máximo de estagiários à força ativa vigente de servidores e empregados do órgão.

Unidade	Total de Servidores/ Empregados	Nível Médio (4% do total de servidores e empregados)	Nível Superior (30% do total de servidores e empregados)	Total de Vagas de Estágio por Unidade (34% do total de servidores e empregados)	Quantitativo de Estagiários já contratados atualmente
GM e Assessorias	42	2	13	14,28 = 14	11
Ouvidoria	5	0	2	1,7 = 2	0
Corregedoria	15	1	5	5,1 = 5	0
Consultoria Jurídica	14	1	4	4,76 = 5	1
Secretaria Executiva	17	1	5	5,78 = 6	0
SPOA	153	6	46	52,02 = 52	4
SGETI	22	1	7	7,48 = 7	6
SPAR	3	0	1	1,2 = 1	0
SFPLAN	20	1	6	6,8 = 7	4
SUST	11	0	3	3,74 = 4	2
Secretaria Nacional de Transportes Ferroviário	25	1	8	8,5 = 9	3
Secretaria Nacional de Transportes Rodoviário	45	2	14	15,3 = 15	5
Secretaria Nacional de Trânsito	44	2	13	14,96 = 15	11
TOTAL	416	16.64 = 17	124.8 = 125	141.44 = 141	47

7.1.2 Considerando o §7º do art. 7 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 213, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 o qual autoriza o órgão à contratação de estagiários de nível superior e de nível médio profissionalizante acima do limite previsto, observado o disposto no § 4º do art. 17 da Lei nº 11.788, de 2008, e a competência de que trata o art. 13 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, com base na razoabilidade, no interesse público e observada a dotação orçamentária, o quantitativo foi ajustado para 170 no contrato anterior.

7.2. A quantidade atende as áreas do Ministério a contento. Entretanto, com o objetivo de haver margem de segurança e de coadunar com a proposta orçamentária de 2025, a qual teve um incremento de 5% em relação ao orçamento anterior, este percentual foi também aplicado aos estagiários para o caso de atendimento de uma eventual necessidade.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de “Agente de Integração”, público ou privado, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização do programa continuado de estágio no âmbito do Ministério dos Transportes, conforme quantidade de vagas abaixo especificadas, de 20 ou 30hs: - Nível Superior: 157 - Nível Médio: 21	15156	UNID	178

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 130.851,36

8.1. Com o objetivo de apoiar a análise da viabilidade preliminar da contratação, foram realizadas estimativas iniciais dos preços dos itens por meio de pesquisa no sítio do Painel de Preços (conforme Anexo III).

8.2. Posteriormente, o Serviço de Compras Diretas e Pesquisa de Preços - SECOP realizou uma reavaliação dos dados obtidos, eliminando resultados com prazos vencidos, especificações incompatíveis com o objeto da contratação e preços excessivamente elevados. Além disso, foram acrescentados novos resultados, em conformidade com os incisos I e II da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

8.3. Assim, o valor estimado para a contratação é de R\$ 130.851,36 (cento e trinta mil oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos) no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

8.4. Face ao exposto, cumpre considerar as seguintes análises:

8.5. O pagamento referente aos custos operacionais do Agente de Integração a ser contratado, fica a cargo do Ministério dos Transportes.

8.6. O valor das despesas referente aos custos operacionais a serem repassados ao Agente de Integração a ser contratado, incidirá por estagiário ativo no sistema SIAPE, em atividades de estágio no Ministério dos Transportes.

8.7. Este ministério fará o pagamento da bolsa estágio e Auxílio Transporte de cada estagiário pelo sistema SIAPE, **conforme estabelece o art. 24, VI, da Instrução Normativa nº 213 de 17 de dezembro de 2019, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, do então Ministério da Economia.**

8.8. O valor referente ao custo operacional não incidirá sobre os valores das bolsas-auxílio e sim, por estagiário contratado, independentemente de nível de escolaridade, devendo ser valor fixo e per capita.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNiD. MEDIDA	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL	VALOR TOTAL (2 ANOS)
1		15156	UNID	178	R\$ 30,63	R\$ 5.452,14	R\$ 65.425,68	R\$ 130.851,36

Contratação de “Agente de Integração”, público ou privado, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização do programa continuado de estágio no âmbito do Ministério dos Transportes, conforme quantidade de vagas abaixo especificadas, de 20 ou 30hs: - Nível Superior: 157 - Nível Médio: 21							
--	--	--	--	--	--	--	--

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Considerando as características dos serviços a contratação ocorrerá em item único.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se em consonância com o objetivo estratégico "Desenvolvimento Institucional" constante do Plano Estratégico - 2024/2027 do Ministério dos Transportes, cuja finalidade é fortalecer a eficiência e a capacidade produtiva do órgão. Esta tem como premissa diversos fatores, entre eles, a contratação de apoio externo e o treinamento e desenvolvimento profissional.

11.2. A par do referido objetivo estratégico vislumbra-se a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP cujo objetivo é promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, instituída pelo Decreto nº 9.991 de 28 de agosto de 2019, bem como contribuir para o aperfeiçoamento do processo educativo de estudantes de ensino médio e superior ao oferecer oportunidade de estágio em complementação à formação escolar por meio de treinamento prático em situações reais do serviço público que proporcionam preparação para o mercado de trabalho, aprendizado de competências próprias da gestão pública e contextualização curricular objetivando ao desenvolvimento da cidadania e da sociabilidade.

11.3. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2025 - DFD 49/2024.

11.4. No Ministério dos Transportes, o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS está em fase de elaboração. Entretanto, o tema sustentabilidade é citado no item 4.5 do presente estudo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação visa contribuir para o aperfeiçoamento do processo educativo de estudantes de ensino médio e superior ao oferecer oportunidade de estágio em complementação à formação escolar por meio de treinamento prático em situações reais do serviço público que proporcionam preparação para o mercado de trabalho, aprendizado de competências próprias da gestão pública e contextualização curricular objetivando ao desenvolvimento da cidadania e da sociabilidade.

12.2. Programa de Estágio na Administração Pública Federal deve possibilitar a complementação de ensino e aprendizagem dos estudantes, constituindo-se em instrumento de iniciação ao trabalho, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

12.3. De acordo com a Lei nº 11.788/2008 a contratação de serviço de agentes de integração visa a auxiliar no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio.

12.4. A contratação de estagiários é a revitalização do quadro funcional da empresa. O estagiário pode propor ideias criativas que poderão incrementar o portfólio deste Órgão, sugerir novas tecnologias e outros métodos de gestão pública ou empresarial.

12.5. A contratação de estagiários oxigena a equipe e faz com que os efetivos passem a se preocupar em se atualizar também.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A contratação pretendida não requer adequação física ou tecnológica no órgão, visto que se utilizará da atual estrutura, sem a necessidade de aquisição de equipamento ou softwares.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O presente objeto configura-se em serviço já existente no Quadro de Pessoal, sendo utilizada todas as regras e normas estabelecidas para os servidores/empregados e alinhados com as boas práticas de sustentabilidade ambiental, previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª edição, setembro de 2023, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União,

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, visto a consonância com a Lei nº 11.788/2008 e a Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CATIA ROBERTA JULIO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 18/11/2024 às 12:14:35.

THALITA MARIANA GOMES DA SILVA TEIXEIRA SANTANA

Integrante Técnico Titular



Assinou eletronicamente em 18/11/2024 às 12:10:50.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - L11788.pdf (231.85 KB)
- Anexo II - Instrucao_Normativa_n__213_2019.pdf (210.44 KB)
- Anexo III - cotação-detalhado-201-2024.pdf (119.92 KB)

Anexo I - L11788.pdf



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e freqüência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

- I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;
- II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;
- III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;
- IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência. [\(Vide Medida Provisória nº 1.116, de 2022\)](#)

.....

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 82.](#) Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

[Parágrafo único.](#) (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as [Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977](#), e [8.859, de 23 de março de 1994](#), o [parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e o [art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001](#).

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008

*

Anexo II - Instrucao_Normativa_n__213_2019.pdf

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/12/2019 | Edição: 244 | Seção: 1 | Página: 33

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 213, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, incisos I, II e III, do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, resolve:

Capítulo I

Das disposições iniciais

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec quanto à aceitação de estagiários de nível superior nas modalidades graduação e pós graduação, ensino médio e de educação profissional.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, da modalidade, da área de ensino e do projeto pedagógico do curso em que o aluno se encontre matriculado.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso.

Art. 3º O estágio obrigatório será realizado sem a concessão de bolsa-estágio, permitida a concessão de auxílio transporte, sendo indispensável a contratação de seguro contra acidentes pessoais.

Parágrafo único. A responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o caput deste artigo poderá ser assumida pela instituição de ensino.

Capítulo II

Do estágio

Art. 4º A realização do estágio obrigatório ou não obrigatório, nos órgãos e entidades de que trata o art. 1º observará, dentre outros, os seguintes requisitos:

I - matrícula e frequência regular do estudante, atestados pela instituição de ensino, em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

II - celebração de Termo de Compromisso de Estágio - TCE entre o estudante, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino; e

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no TCE.

§ 1º O estágio, como ato educativo supervisionado, deverá ser acompanhado efetivamente pelo professor orientador da instituição de ensino e por um supervisor da parte da concedente, comprovado por vistos nos relatórios de que trata o inciso VIII do art. 9º desta Instrução Normativa e por menção de aprovação final.

§ 2º Juntamente com os relatórios exigidos no inciso VIII do art. 9º, o órgão ou entidade de que

trata o art. 1º encaminhará à instituição de ensino o certificado de estágio.

Art. 5º O plano de atividades do estagiário, elaborado em comum acordo com o órgão ou entidade e a instituição de ensino, será incorporado ao TCE por meio de aditivos, na medida em que for avaliado o desempenho do estudante.

Art. 6º Aplicam-se as disposições desta Instrução Normativa aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em instituição de ensino superior no País, em cursos autorizados ou reconhecidos pelo Ministério da Educação, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 7º O quantitativo de estagiários nos órgãos e entidades corresponderá, no máximo, a 8% (oito) da sua força de trabalho, observada a dotação orçamentária.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se força de trabalho do órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o quantitativo de cargos efetivos, cargos comissionados, funções de confiança, e os empregados públicos da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

§ 2º - Sobre o número efetivo de estagiários contratados pelo órgão ou entidade, aplicam-se os seguintes percentuais:

I - 10% das vagas de estágio reservadas aos estudantes cuja deficiência seja compatível com o estágio a ser realizado, nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; e

II - 30% das vagas de estágio reservadas aos estudantes negros, nos termos do Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018.

§ 3º A distribuição das vagas de que trata o caput entre os estagiários de nível superior nas modalidades graduação e pós graduação, ensino médio e de educação profissional, ficará a critério do órgão ou entidade, observada a sua disponibilidade orçamentária.

§ 4º Na hipótese de o órgão ou a entidade contar com unidades regionais em sua estrutura organizacional, os quantitativos previstos no caput serão aplicados a cada uma delas.

§ 5º Quando o cálculo do percentual total disposto no caput resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 6º O limite estabelecido no caput aplica-se apenas ao estágio não obrigatório.

§ 7º - Os órgãos e entidades poderão autorizar a contratação de estagiários de nível superior e de nível médio profissionalizante acima do limite previsto no caput, observado o disposto no § 4º do art. 17 da Lei nº 11.788, de 2008, e a competência de que trata o art. 13 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, com base na razoabilidade, no interesse público e observada a dotação orçamentária.

Seção I

Da Parte Concedente

Art. 8º Os órgãos e entidades de que trata o art. 1º poderão celebrar convênio ou acordo de cooperação com as instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para aceitação de estagiários, no qual constarão as áreas de atuação e habilidades profissionais a serem desenvolvidas pelos estudantes, desde que guardem estrita correlação com a proposta pedagógica do curso e as atribuições desempenhadas pelos órgãos e entidades.

§ 1º A celebração de convênio ou acordo de cooperação de que trata o caput deste artigo não dispensa a celebração do TCE previsto no inciso II do art. 4º desta Instrução Normativa.

§ 2º Ao estrangeiro que seja admitido no Brasil para estágio poderá ser concedido o visto temporário previsto no § 4º do art. 14 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

§ 3º Para os estágios com duração superior a 120 (cento e vinte) dias, o estagiário estrangeiro deverá estar matriculado em instituição de ensino superior no Brasil, nos termos da Resolução Normativa CNIg nº 115, de 9 de dezembro de 2014.

Art. 9º Os órgãos e entidades poderão oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I - celebrar TCE entre a instituição de ensino e o estudante, zelando pelo seu cumprimento;

II - ofertar instalações que tenham condições adequadas de propiciar ao estagiário o

desenvolvimento de atividades de aprendizagem social e profissional;

III - indicar servidor da sua força de trabalho, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - para a orientação e supervisão do estagiário de nível fundamental ou médio, o servidor indicado deve ter, no mínimo, o mesmo nível de formação do estagiário;

V - contratar seguro contra acidentes pessoais, em favor do estagiário, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado, conforme estabelecido no TCE;

VI - por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização de estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VII - manter à disposição da fiscalização o Termo de Compromisso de Estágio - TCE e os Termos Aditivos de que trata o § 2º do art. 10, a fim de comprovar a relação de estágio sempre que necessário; e

VIII - enviar à instituição de ensino, semestralmente, relatório de atividades com vista obrigatória do estagiário.

Parágrafo único - A contratação de seguro contra acidentes pessoais, em nome do estagiário, é condição essencial para a celebração de contrato, convênio ou acordo de cooperação, devendo constar do TCE o respectivo número de apólice e o nome da Seguradora.

Art. 10. O supervisor do estágio será designado pelo chefe da unidade em que o estagiário desenvolver suas atividades, devendo possuir, no mínimo, o mesmo nível de formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, observados os incisos III e IV do art. 9º e III do art. 18.

§ 1º Compete ao supervisor do estágio acompanhar e atestar a frequência mensal do estagiário e encaminhá-la à unidade de recursos humanos do órgão ou entidade onde se realiza o estágio.

§ 2º Caso haja alterações relacionadas ao estágio deverá ser elaborado Termo Aditivo, que será anexado ao TCE, exceto nos casos de mudança do órgão contratante.

Seção II

Dos Agentes de Integração

Art. 11. Os órgãos ou entidades poderão recorrer aos serviços de agentes de integração públicos ou privados para atuarem como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

Parágrafo único. Para fins desta Instrução Normativa, os agentes de integração públicos ou privados são entidades que fazem a interlocução entre a instituição de ensino, o estagiário e o órgão ou entidade, inserindo estudantes no ambiente do mercado de trabalho, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes.

Seção III

Do Estagiário

Art. 12. A carga horária do estágio será de quatro horas diárias e vinte horas semanais ou de seis horas diárias e trinta semanais, observado o horário de funcionamento do órgão ou entidade, desde que compatível com o horário escolar, devendo ser cumprida no local indicado pelo órgão ou entidade.

§ 1º A fixação da carga horária do estágio ficará a critério do órgão ou entidade e atenderá aos requisitos previstos no art. 4º desta Instrução Normativa.

§ 2º É vedada a realização de carga horária diária superior à prevista no caput deste artigo, ressalvada a compensação de falta justificada, limitada a 1 (uma) hora por jornada.

§ 3º É permitida a realização de estágio obrigatório concomitantemente com um estágio não obrigatório, desde que haja compatibilidade de horário e que a carga horária semanal não ultrapasse 40 horas.

§ 4º Na hipótese de falta justificada, autorizada pelo supervisor do estágio, o estagiário poderá

compensar o horário não estagiado até o mês subsequente ao da ocorrência da falta.

§ 5º Para fins dessa Instrução Normativa, não se exigirá compensação de horário nas hipóteses de faltas decorrentes de:

- I - tratamento da própria saúde, com apresentação de atestado médico; e
- II - falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, com apresentação do atestado de óbito.

§ 6º Fica assegurada ao estagiário a carga horária reduzida a pelo menos à metade, nos períodos de avaliação de aprendizagem, conforme estipulado no TCE e mediante declaração da Instituição de Ensino.

Art. 13. O valor da bolsa-estágio será definido nos termos do Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. É vedado o desconto de qualquer valor na bolsa-estágio, à exceção dos valores referentes às faltas injustificadas e às horas não compensadas, na forma do § 3º do art. 12.

Art. 14. O estagiário receberá auxílio-transporte por dia efetivamente estagiado, no valor definido nos termos do Anexo II desta Instrução Normativa.

§ 1º O valor do auxílio-transporte deverá ser pago em pecúnia.

§ 2º Não será concedido auxílio-transporte ao estagiário nas ocorrências de faltas, mesmo naquelas justificadas.

§ 3º O pagamento do auxílio-transporte será efetuado no mês anterior ao de sua utilização.

Art. 15. Na vigência dos contratos de estágio obrigatório e não obrigatório é assegurado ao estagiário período de recesso de 15 dias consecutivos a cada 6 (seis) meses estagiado, a ser usufruído preferencialmente nas férias escolares.

§ 1º Os períodos de recesso deverão ser usufruídos durante a vigência do TCE, podendo ser parcelados em até três etapas, a critério do supervisor do estágio.

§ 2º Os períodos de recesso do estagiário que perceba bolsa estágio serão remunerados.

§ 3º Na hipótese dos desligamentos de que trata o art. 16, o estagiário que receber bolsa-estágio e não houver usufruído do recesso remunerado, proporcional ou integral, durante a vigência do contrato celebrado, fará jus ao seu recebimento em pecúnia.

§ 4º Para a primeira concessão do recesso, deverá ser completado integralmente o período descrito no caput deste artigo.

§ 5º Nos casos de o estágio ter duração inferior a 6 (seis) meses, os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional.

Art. 16. O estudante será desligado do estágio nas seguintes hipóteses:

- I - automaticamente, ao término do estágio;
- II - a pedido;
- III - decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho no órgão, na entidade ou na instituição de ensino;
- IV - a qualquer tempo, no interesse da Administração, inclusive por contingenciamento orçamentário;
- V - em decorrência do descumprimento de qualquer obrigação assumida no Termo de Compromisso de Estágio - TCE;
- VI - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de cinco dias consecutivos ou não, no período de um mês, ou 15 (quinze) dias durante todo o período de estágio;
- VII - pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário; e
- VIII - por conduta incompatível com a exigida pela Administração.

Parágrafo único. A rescisão do contrato de estágio não gera qualquer direito indenizatório ao estagiário, exceto quanto ao disposto no §3º do art. 15.

Seção IV

Estagiários de Educação Superior na modalidade "Pós-Graduação"

Art. 17. O estágio em educação superior na modalidade "Pós-Graduação" destina-se à vivência, ao aperfeiçoamento, à especialização em área profissional e à recíproca contribuição do meio acadêmico ao ambiente do serviço público, formando, progressivamente, uma cultura organizacional de aprendizado contínuo, capaz de desenvolver profissionais melhor qualificados no serviço público.

Art. 18. A realização de estágio de que trata o art. 17 observará, dentre outros, os seguintes requisitos:

I - poderão integrar o Estágio de Educação Superior na modalidade "Pós-Graduação" os estudantes regularmente matriculados em cursos de pós-graduação lato ou stricto sensu, com carga mínima de 360 horas, ministrados por instituições nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, de educação superior reconhecidas pelo Ministério da Educação, observado o disposto no art. 8º desta instrução normativa;

II - as atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes deverão guardar estrita correlação com a proposta pedagógica do curso; e

III - o estagiário de Educação Superior na modalidade "Pós-Graduação" será acompanhado por supervisor com qualificação mínima de especialista ou com experiência comprovada, superior a 2 (dois) anos na área de conhecimento desenvolvida em seu curso de pós-graduação.

Capítulo III

Disposições gerais

Art. 19. A área de recursos humanos de cada órgão ou entidade será responsável por deliberar sobre a organização geral dos programas de estágio, bem como sobre o ingresso, o regime disciplinar, o objetivo e a avaliação.

Art. 20. O recrutamento de estudantes ocorrerá por meio de processo seletivo, cujos critérios serão estabelecidos no edital de abertura, que deverá ser amplamente divulgado.

§ 1º O processo seletivo de que trata o caput será realizado mediante análise curricular e/ou realização de provas, ou por outra metodologia de recrutamento, a critério do órgão ou entidade concedente.

§ 2º É vedada a cobrança de quaisquer valores dos estudantes a título de inscrição ou de intermediação no processo seletivo de recrutamento.

§ 3º Os auxílios financeiros previstos nesta Instrução Normativa, independentemente do nome jurídico adotado, não implicam caracterização de vínculo trabalhista.

Art. 21. A duração do estágio no mesmo órgão ou entidade não poderá exceder a 2 (dois) anos, salvo quando se tratar de estagiário com deficiência, que poderá permanecer no mesmo órgão ou entidade até o término do curso.

Art. 22. O órgão ou entidade poderá promover a rotatividade das áreas e atividades desenvolvidas pelos estagiários, a fim de maximizar o aproveitamento e o aprendizado intersetorial dos estudantes dentro da instituição.

Art. 23. O contrato de estágio não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública, inclusive empregatício, e dar-se-á mediante Termo de Compromisso de Estágio celebrado entre o estudante ou seu representante ou assistente legal, quando for o caso, e o órgão ou entidade, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino.

§1º Deverá constar no Termo de Compromisso de Estágio:

I - identificação do estagiário, do curso e seu nível acadêmico;

II - qualificação e assinatura das partes acordantes, contratantes ou convenientes;

III - indicação expressa de que o Termo de Compromisso de Estágio decorre de contrato direto com o estudante, ou se for o caso, convênio ou acordo de cooperação;

IV - menção de que o contrato de estágio não acarreta vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública, nem estende ao estagiário quaisquer direitos ou vantagens asseguradas aos servidores públicos.

V - valor da bolsa-estágio, quando houver;

VI - vedação expressa à possibilidade de qualquer espécie de cobrança ou desconto pelo agente de integração na bolsa-estágio;

VII - carga horária semanal compatível com o horário escolar;

VIII - duração do estágio, obedecido o período mínimo de 6 meses para estágios não obrigatórios;

IX - obrigação de apresentar relatórios semestrais e finais ao dirigente da unidade onde se realiza o estágio sobre o desenvolvimento das tarefas que lhes foram cometidas;

X - assinatura do estagiário, do responsável pelo órgão ou entidade e da instituição de ensino;

XI - assinatura do representante ou assistente legal do estagiário, quando houver;

XII - condições de desligamento do estágio;

XIII - menção do contrato a que se vincula o estudante e do convênio ou acordo de cooperação, se for o caso, ao qual se vincula a parte concedente e a instituição de ensino;

XIV - indicação nominal do professor orientador da área objeto de desenvolvimento, a quem caberá avaliar o desempenho do estudante no estágio; e

XV - indicação de que o estudante somente terá a carga horária do estágio reduzida pelo menos à metade nos dias de verificações periódicas ou finais, condicionada à apresentação de declaração emitida pela instituição de ensino.

Art. 24. Para a execução do disposto nesta Instrução Normativa, caberá às unidades de recursos humanos:

I - articular as oportunidades de estágio em conjunto com as instituições de ensino ou agentes de integração;

II - participar da elaboração dos contratos a que se vinculam os estudantes e convênios ou acordos de cooperação a serem celebrados com as instituições de ensino ou agentes de integração;

III - solicitar às instituições de ensino ou agentes de integração a indicação de estudantes que preencham os requisitos exigidos pelo órgão ou entidade ofertante da oportunidade de estágio;

IV - selecionar os candidatos ao estágio;

V - lavrar o Termo de Compromisso de Estágio a ser assinado pelo estudante e pela instituição de ensino;

VI - efetuar o pagamento da bolsa-estágio e do auxílio a que fizerem jus os estagiários, por intermédio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape;

VII - receber os relatórios, as avaliações e as frequências do estagiário, das unidades onde se realizar o estágio;

VIII - analisar as comunicações de desligamento de estágios;

IX - expedir o certificado de estágio;

X - comunicar às instituições de ensino e aos agentes de integração, se for o caso, o término do vínculo com o órgão ou entidade; e

XI - dar amplo conhecimento das disposições contidas nesta Instrução Normativa às unidades de recursos humanos do órgão ou entidade, aos supervisores de estágio e aos estagiários.

Art. 25. As unidades de recursos humanos manterão atualizados no Siape, o número total de estudantes aceitos como estagiários.

Capítulo IV

Das disposições finais

Art. 26. As despesas para concessão da bolsa-estágio, de auxílio-transporte e do seguro contra acidentes pessoais somente poderão ser autorizadas se houver prévia e suficiente dotação orçamentária, constante do orçamento do órgão ou entidade onde se realizará o estágio.

Art. 27. Os órgãos setoriais, seccionais ou correlatos do SIPEC deverão observar as determinações contidas na Orientação Normativa SEGEP/MP nº 7, de 17 de outubro de 2012, quando da realização de consultas ao órgão central do SIPEC, relacionadas à orientação e ao esclarecimento de dúvidas concernentes à aplicação desta Instrução Normativa.

Art. 28. Aos contratos de estágio válidos na data de entrada em vigor desta Instrução Normativa, aplicam-se, até o fim de sua vigência, as disposições estabelecidas na Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016.

Parágrafo Único. O órgão ou entidade concedente poderá repactuar os termos acordados no TCE, inclusive os valores da bolsa e do auxílio transporte, por meio de termo aditivo, observada a sua disponibilidade orçamentária.

Art. 29. Fica revogada a Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016.

Art. 30. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de janeiro de 2020.

WAGNER LENHART

ANEXO I

Valores da Bolsa-Estágio		
Escolaridade	4 horas semanais	6 horas semanais
Nível Médio	R\$ 486,05	R\$ 694,36
Nível Superior na modalidade Graduação	R\$ 787,98	R\$ 1.125,69
Nível Superior na modalidade Pós-Graduação	R\$ 1.165,65	R\$ 1.665,22

ANEXO II

Valor da diária do Auxílio-Transporte	R\$ 10,00
---------------------------------------	-----------

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Anexo III - cotação-detalhado-201-2024.pdf

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
201/2024	390004	Rascunho	MARIANA BITTENCOURT APENE
Título: Estágio MT			
Observações:			
Total de itens cotados: 1		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 5.313,3000	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
15156 - Administração / Execução Projeto Educacional - Convênio / Estágio / Universitário / Monitor	UNIDADE	178
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 14,5000	R\$ 35,8500	R\$ 29,8500
Coeficiente de Variação: 63,7311%		
Desvio Padrão: 22,8476		
Maior Preço: R\$ 75,7600		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado
Quantidade mínima: 50
Quantidade máxima: 300
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE SERTANOPOLIS - PR - Compras.gov.br	120	UNIDADE	R\$ 1.552,9500	25/07/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98790505900382024	25/07/2024	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços Técnicos de Agente de Integração para planejamento, organização e execução do Processo Seletivo de contratação e Seleção de Estagiários de Nível Superior e Pós-Graduação
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	987905	SISPP	Pregão

Fornecedor
CENTRO DE INTEGRACAO NACIONAL DE ESTAGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Estágio de Pós Graduação com carga horária de 20 horas semanais e bolsa auxilio no valor de R\$ 1.500,00 + R\$ 30,00 de auxilio transporte.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	PREFEITURA DE SERTANOPOLIS - PR - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 964,2500	25/07/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98790505900382024	25/07/2024	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços Técnicos de Agente de Integração para planejamento, organização e execução do Processo Seletivo de contratação e Seleção de Estagiários de Nível Superior e Pós-Graduação
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	987905	SISPP	Pregão

Fornecedor
CENTRO DE INTEGRACAO NACIONAL DE ESTAGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Estágio de ensino Superior com carga horária de 20 horas semanais e bolsa auxilio no valor de R\$ 920,00 + R\$ 30,00 de auxilio transporte.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	PREFEITURA DE SERTANOPOLIS - PR - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 1.192,6300	25/07/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98790505900382024	25/07/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços Técnicos de Agente de Integração para planejamento, organização e execução do Processo Seletivo de contratação e Seleção de Estagiários de Nível Superior e Pós-Graduação
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	987905	SISPP	Pregão
Fornecedor			
CENTRO DE INTEGRACAO NACIONAL DE ESTAGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Estágio de ensino Superior com carga horária de 30 horas semanais e bolsa auxílio no valor de R\$ 1.145,00 + R\$ 30,00 de auxílio transporte.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	UNIDADE	R\$ 14,5000	22/07/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92589205900142024	22/07/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Agente de Integração de Estágio, pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de recrutamento, seleção, treinamento e acompanhamento de estudantes para operacionalizar o programa de estágio do MPTO, mediante concessão de bolsa auxílio e auxílio transporte a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de ensino superior (graduação e pós-graduação) oferecidos por instituições públicas ou privadas
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925892	SISPP	Pregão
Fornecedor			
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO, pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de recrutamento, seleção, treinamento e acompanhamento de estudantes para operacionalizar o programa de estágio do MPTO, mediante concessão de bolsa-auxílio e auxílio transporte a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de ensino superior (graduação e pós-graduação) oferecidos por instituições públicas ou privadas

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-SP - Compras.gov.br	100	UNIDADE	R\$ 898,8000	10/07/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38934305900072024	10/07/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em serviços de operacionalização de programa de estágio
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	389343	SISPP	Pregão
Fornecedor			
ASSOCIACAO BRASILEIRA DE APOIO AO PRIMEIRO EMPREGO E ESTAGIO			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Serviços de operacionalização de programa de estágio (agente de integração deestágios nível médio, técnico e superior)

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	180	UNIDADE	R\$ 30,0000	03/07/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
10231606900132024	03/07/2024	1	Objeto: Contratação de serviços de Agência Especializada em Integração de Estágio, para operacionalizar o Programa de Estágios, mediante oferta de vagas de estágio e seleção de alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de nível superior, devidamente regulamentadopela legislação vigente, para atender as necessidades da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) UNESP Campus de Franca, conforme previsto na Lei Federal no 11.788/2008.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	102316	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
MAIS ESTAGIOS LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Contratação de serviços de Agência Especializada em Integração de Estágio, para operacionalizar mediante oferta de vagas de estágio e seleção de alunos regularmente matriculados e com frequência e cursos de nível superior, devidamente regulamentado pela legislação vigente, para atender as necessidades da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp Câmpus de Franca, conforme previsto na Lei Federal no 11.788/2008.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	217	UNIDADE	R\$ 75,7600	11/06/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
20033405900102024	11/06/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de agência especializada em integração de estágio, para operacionalizar mediante oferta de vagas de estágio e seleção de alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de nível superior, devidamente regulamentado pela legislação vigente, para atender às necessidades das unidades centrais da Polícia Federal no Distrito Federal.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	200334	SISPP	Pregão

Fornecedor
AGENCIA DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Administração / Execução Projeto Educacional - Convênio / Estágio / Universitário / Monitor

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	168	UNIDADE	R\$ 16,0000	29/05/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
20038406900022024	29/05/2024	1	Objeto: Contratação de serviços de agência de integração de estagiários, junto às instituições de ensino para preenchimento de bolsas de estágio, não obrigatório, remunerado, para atender as necessidades desta Superintendência de Polícia Federal em Roraima - SR/PF/RR, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	200384	SISPP	Dispensa

Fornecedor
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de AGENTE DE INTEGRAÇÃO, com a atribuição de intermediar junto às instituições de ensino a celebração de Termo de Compromisso com estudantes de cursos de nível superior interessados em estágio, não obrigatório, remunerado, na SR/PF/RR, vinculados à estrutura do ensino público ou privado, selecionados e indicados pela prestadora de serviço de intermediação de estágios, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25/9/2008 e demais legislações vigentes.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	122	UNIDADE	R\$ 77.190,0000	24/05/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92556005900032024	24/05/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de agente de programa de aprendizagem (menor aprendiz), em conformidade com o Edital e seus anexos.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925560	SISPP	Pregão
Fornecedor			
INSPETORIA SAO JOAO BOSCO			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de agente de programa de aprendizagem (menor aprendiz),em conformidade com o Edital e seus anexos.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	72	UNIDADE	R\$ 2.750,0000	23/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98016105900042024	23/04/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresas visando a prestação de serviços e fornecimento de materiais para implementação e desenvolvimento do Projeto Esportes e Lazer de Japorã/MS, nos termos do Convênio Ministério do Esporte nº 65/2023 Transferegov.br nº 944426/2023, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Japorã/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	980161	SISPP	Pregão
Fornecedor			
BS ASSESSORIA & SERVICOS LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

MONITOR DE ESPORTES COM GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA. PARTICIPAR DAS AÇÕES DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES SISTEMÁTICAS E EVENTOS DO NÚCLEO; PLANEJAR E DESENVOLVER SUAS OFICINAS JUNTO AOS BENEFICIADOS DE ACORDO COM A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO PROGRAMA; MOBILIZAR A COMUNIDADE PARA A EFETIVA PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES; INSCREVER E MONITORAR A PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES SOB SUA RESPONSABILIDADE; PARTICIPAR DOS MÓDULOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO E SEMPRE QUE POSSÍVEL DE CAPACITAÇÕES OFERECIDAS PELA PROPONENTE OU CONCEDENTE; ENTREGAR SISTEMATICAMENTE O LEVANTAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO NÚCLEO E OS DADOS SOLICITADOS PELA COORDENAÇÃO. CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS. CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 40 HORAS

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 309,1500	26/03/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
20040406900062024	26/03/2024	1	Objeto: Contratação de serviços de agência de integração de estagiários, junto às instituições de ensino, sediadas em Palmas/TO e Araguaína/TO para preenchimento de bolsas de estágio, nãoobrigatório, remunerado, para atender as necessidades desta Superintendência de Policia Federal no Tocantins - SR/PF/TO e suas unidades descentralizadas

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	200404	SISPP	Dispensa

Fornecedor
USINA DE TALENTOS, TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Contratação de serviços de agência de integração de estagiários, junto às instituições de ensino, sediadas em Palmas/TO e Araguaína/TO para preenchimento de bolsas de estágio, não obrigatório, remunerado, para atender as necessidades desta Superintendência de Policia Federal no Tocantins - SR/PF/TO e suas unidades descentralizadas, por 60 meses.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-SC - Compras.gov.br	240	UNIDADE	R\$ 31,2500	07/03/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92630706900022024	07/03/2024	1	Objeto: Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de empresa prestadora de serviços para atuar como agente integrador, com vistas ao preenchimento de vagas de estágio supervisionado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	926307	SISPP	Dispensa

Fornecedor
INSTITUTO DE PROMOCAO HUMANA, APRENDIZAGEM E CULTURA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Contratação de gente integrador, com vistas ao preenchimento de vagas de estágio supervisionado. A quantidade prevista é de 10 estagiários mês, por 24 meses.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	100	UNIDADE	R\$ 150,3600	17/11/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
13502105000022023	17/11/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços deAgente de Integração de Estágios para execuções das etapas de recrutamento, seleção, contratação, acompanhamento e desligamento dos estagiários nas Unidades Descentralizadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, constantes no Item 20 deste Termo de Referência.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	135021	SISPP	Pregão
Fornecedor	INQC - INSTITUTO NACIONAL DE QUALIFICACAO E CAPACITACAO		
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Administração / execução projeto educacional - convênio / estágio / universitário / monitor

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	58	UNIDADE	R\$ 40.614,3000	17/11/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15304606000522023	17/11/2023	1	Objeto: Contratação de Fundação para dar apoioao projeto de ensino denominado UAB - Cursos Edital 09 /2022 - Licenciaturas em Biologia, História e Pedagogia e Especializações em Ensino da Matemática no Ensino Médio e Ensino de Química: Ciências, Tecnologia e Sociedade, modalidade de educação a distância .
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	153046	SISPP	Dispensa
Fornecedor	FUNDACAO ESPIRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST		
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Conforme disposto na Portaria nº 03/2012 - GR, de 13/07/2012 da Universidade Federal do Espírito Santo - Reitor, o valor dos custos operacionais da Fundação não será o montante designado no campo "valor total da compra", e sim o que consta no respectivo processo, ou seja, R\$ 164.894,10 (cento e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e quatro reais e dez centavos).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	96	UNIDADE	R\$ 1.680,7400	08/11/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92696805000212023	08/11/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de entidade sem fins lucrativos para contratação, seleção, preparação, capacitação e disponibilização de jovens aprendizes ao BANDES, em atendimento a Lei do Aprendiz, nº 10.097/2000 e demais normativos pertinentes vigentes, conforme especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	926968	SISPP	Pregão

Fornecedor
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO ESPIRITO SANTO - CIEE/ES

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Contratação de entidade sem fins lucrativos para contratação, seleção, preparação, capacitação e disponibilização de jovens aprendizes ao BANDES, em atendimento a Lei do Aprendiz, nº 10.097/2000 e demais normativos pertinentes vigentes

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - Compras.gov.br	68	UNIDADE	R\$ 72,0000	23/10/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
81000505000052023	23/10/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de Agente de Integração, com vistas à intermediação de estudantes de nível médio, superior e pós-graduação, para preenchimento de oportunidades de estágio no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC, do Ministério da Igualdade Racial - MIR e do Ministério das Mulheres - MMulheres, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do Edital e Anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	810005	SISPP	Pregão

Fornecedor
UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARE

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Administração / Execução Projeto Educacional - Estágio / Universitário / , com vistas à intermediação de estudantes de nível médio, superior e pós-graduação, para preenchimento de oportunidades de estágio no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC, do Ministério da Igualdade Racial - MIR e do Ministério das Mulheres - MMulheres, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e anexos.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA - Compras.gov.br	50	UNIDADE	R\$ 199,2000	26/09/2023	Não

Id da Compra

92665505000132023

Comprado em

26/09/2023

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de Agente de Integração para manutenção do programa de estágio para a seleção de estudantes regularmente matriculados e com frequênciaem curso de nível superior, vinculados à instituição de ensino público e privado, objetivandoo preenchimento de vagas de estágios oferecidas pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), em regime de serviço contínuo, cuja duração sejade até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogadopor igual período, limitado a 60 mes

Esfera

Federal

UASG

926655

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

USINA DE TALENTOS, TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Administração / Execução Projeto Educacional - Convênio / Estágio / Universitário / Monitor

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	70	UNIDADE	R\$ 180,0000	05/09/2023	Não

Id da Compra

13501205000462023

Comprado em

05/09/2023

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços deAgente de Integração de Estágios para execuçãodas etapas de recrutamento, seleção, contratação, acompanhamento e desligamento dos estagiários da Embrapa Semiárido, mediante pagamento de serviço de agente de integração por estudante, de forma a preencher, aproximadamente, 70 (setenta) vagas de estágios.

Esfera

Federal

UASG

135012

Forma

SISPP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARE

Índice e Valor

-

Ata

-

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agente de Integração de Estágios para execução das etapas de recrutamento, seleção, contratação, acompanhamento e desligamento dos estagiários da Embrapa Semiárido, mediante pagamento de serviço de agente de integração por estudante, de forma a preencher, aproximadamente, 70 (setenta) vagas de estágio.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO - Compras.gov.br	300	UNIDADE	R\$ 29,7000	25/08/2023	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
15303105000772023		25/08/2023		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Agente de Integração	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		153031		SISRP		Pregão	
Fornecedor							
SUPER ESTAGIOS LTDA							
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Descrição Detalhada							
Agente de Integração de Estágio, conforme edital e anexos.							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - Compras.gov.br	300	UNIDADE	R\$ 102,6000	22/08/2023	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
49513005000672023		22/08/2023		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de prestação de serviços de Agente de Integração de Estágio, que inclui recrutamento, seleção, operacionalização e administração de todo processo burocrático e legal de estágios, para vagas de estagiários de ensino médio, técnico profissionalizante, graduação e de pós-graduação, destinados a todas as Unidades da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, conforme as especificações constantes no Termo de Referência	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		495130		SISPP		Pregão	
Fornecedor							
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO E RIO DE JANEIRO							
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Descrição Detalhada							
Geral (médio, superior ou técnico)							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	60	UNIDADE	R\$ 197,5000	21/08/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92951405000022023	21/08/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de Estágio do Poder Legislativo do Município de Caldas Novas
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	929514	SISPP	Pregão
Fornecedor			
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Administração / Execução Projeto Educacional - Convênio / Estágio / Universitário / Monitor

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	216	UNIDADE	R\$ 17,5900	16/08/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92984205000052023	16/08/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de Agente de Integração de Estágios.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	929842	SISPP	Pregão
Fornecedor			
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO RS			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Administração / Execução Projeto Educacional - Convênio / Estágio / Universitário / Monitor. Prestação de serviço continuados referentes ao recrutamento, àseleção, à administração da concessão e ao acompanhamento das atividades de estágio de estudantes do ensino superior, ensino médio, educação especial e educação profissional, vinculados à estrutura do ensino público ou privado, para a concessão de bolsas de estágio.

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 16/08/2024 11:20

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$